



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS  
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



**PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 250, 2024**

**Ao Projeto de Lei 250/20024** “ Que Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para os geradores , a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias para minimizar os impactos ambientais.

**Autor:** Chefe do Poder Executivo.

**1 . RELATÓRIO.**

De autoria do Prefeito Municipal o Projeto de Lei 250/2024, ora em apreciação tem o objetivo de estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para os geradores , a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias para minimizar os impactos ambientais

**2 . DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Preliminarmente é importante registrar que o Projeto de Lei em análise , trata-se de iniciativa concorrente, tanto pode ser do Poder Executivo, como do Legislativo, dentro de sua amplitude do poder de legislar. A Comissão de Legislação , Justiça e Redação , proferiu parecer pela admissibilidade e constitucionalidade do referido projeto lei 150/2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**3. DO MÉRITO**

Importante mencionar em segundo lugar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos ( PNRS ) está consubstanciado na lei Federal 12.305/2010, que disciplina e organiza como o país tem que lidar com o lixo . Além deste Plano existem várias outras lei e decretos do próprio CONAMA ,(Conselho Nacional do Meio Ambiente), tratando e inovando no mesmo assunto . Esta lei exige dos setores públicos e privados, transparência no gerenciamento de seus resíduos. A Constituição Federal em seu art. 225 garante que todos tem o direito ter e usufruir de um meio ambiente equilibrado

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na mesma esteira da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 172 e seguintes, estabelece a política pública municipal relacionada ao meio ambiente . Regularizar através de lei municipal o uso e a destinação adequada dos resíduos de construção civil, é um imperativo para os Municípios Brasileiros.

Com o crescimento das cidades, e dos materiais de descarte rápido, ficou claro que a destinação correta dos resíduos precisa ser uma prioridade, definida com critérios e fiscalizada pelo poder público. O Município de Indianópolis saiu na frente com esta regulamentação , passando a ser no momento com a sanção desta normativa, uma referência regional na tratativa e destinação dos resíduos de construção civil.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



**3. CONCLUSÃO**

Diante do relatado, esta Comissão de Serviços Públicos opina pela emissão de parecer favorável, recomendando aos demais vereadores a sua aprovação.

Sala das Comissões, 27 de Setembro de 2024

*Marcos Túlio da Silva*

MARCOS TÚLIO DA SILVA  
Relator/Vice-Presidente

JANICLEIDE ALVES DA SILVA  
Presidente

ELMAR FERNANDES DE RESENDE  
Membro